



Entre a lança e a prensa: Conhecimento e Realidade no discurso do jornal *O Povo* (1838)¹

Camila Garcia Kieling²

Mestranda do PPGCOM da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Apresentamos neste artigo uma análise das relações entre conhecimento e realidade no discurso do jornal *O Povo*, o primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, que circulou de 1838 a 1840, na cidade de Piratini e depois em Caçapava, no Rio Grande do Sul. Tomamos como amostra o texto *Prospecto*, publicado na edição de número um do jornal, do dia 1º de setembro de 1838. Trata-se do texto de apresentação da publicação, redigido pelo editor Luiz Rossetti e que explica o papel do jornal e alguns dos ideais dos revolucionários durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). O texto é estudado através da Análise do Discurso, de acordo com a teoria enunciativa de Charaudeau (2008) e fundamentado na Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann (1991).

Palavras-chave

Análise do Discurso; História da Imprensa no Rio Grande do Sul; jornal *O Povo* Revolução Farroupilha; Sociologia do Conhecimento.

1. A imprensa oitocentista em perspectiva

O recente movimento de resgate do estudo dos primeiros periódicos brasileiros se faz através de um olhar cultural, que serve tanto para o campo da Comunicação quanto ao da História, ao redimensionar o objeto como fonte para as memórias de um *tempo escoado*³, “apresentando visões distintas de um mesmo fato” e despontando “como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento” (Neves, 2006, p. 10).

Em um momento de cunho historicista ou positivista da historiografia tradicional, os periódicos foram tratados como fontes privilegiadas, por constituírem uma porta de acesso do pesquisador à “verdade”. Mais tarde, os estudos críticos

¹ Trabalho apresentado à Divisão Temática de Jornalismo do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Jornalista e editora, mestranda em Comunicação Social na PUCRS na linha de pesquisa de Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações. E-mail: camila.kieling@gmail.com.

³ “Tempo escoado”, na expressão da professora Sandra Pesavento: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo. In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir Machado da (orgs.). *Fronteiras do Pensamento – Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

enxergaram nos jornais a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas, abordando-os como reflexo de uma infra-estrutura e “falsificadores da verdade” (Morel e Barros, 2003, p. 8).

O movimento seguinte renova a importância da imprensa como referencial interativo na complexidade de um contexto (Morel e Barros, 2003). Ela passa a “ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’” (p.9). Assim, pesquisas buscam a riqueza de representações presentes nas páginas dos periódicos do século XIX.

Nessa linha interpretativa, a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos destes primeiros tempos da imprensa “[...] não parecem suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise” (Morel, 2008, p.1). Assim, entendemos que o nascimento da imprensa no Brasil deu-se em um rico caldo de cultura social, político, econômico e cultural, que teve como impulso inicial a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Daí para diante, os jornais, mesmo que de propriedade de governos ou representantes declarados de ideais políticos, sempre estiveram imbricados com a circulação das idéias e com a realidade cotidiana da sociedade, através de artigos de opinião, notícias, crônicas, poesias, anúncios. Os *papéis incendiários*⁴ foram constantemente alimentados pela lenha dos “extraordinários do dia-a-dia”, mas também pelas grandes transformações sociais, como os movimentos pela independência ou, mais tarde, a peleja entre o Império e os movimentos republicanos.

Esta última teve como expoente, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha (1835-1845). O confronto entre farrapos e legalistas deu-se para além dos campos de batalha, refletindo-se também nos jornais. Apesar de incipiente (o primeiro jornal da província, o *Diário de Porto Alegre*, data de 1827), a imprensa sul-rio-grandense também representou a grande agitação política do período regencial brasileiro: “As publicações periódicas serviam então às duas causas em conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma série de periódicos através dos quais defendiam suas idéias e atacavam-se mutuamente” (Alves, 2000, p.19).

⁴ Referência às primeiras manifestações impressas ou manuscritas que, desde o século XVIII, na França, causavam comoção e disse-que-disse na vida urbana, manifestando uma noção de “opinião pública”, na visão da historiadora Arlette Farge (Morel, 2003, p. 12).



O Povo foi o mais longo periódico oficial da República Rio-Grandense, circulou entre 1838 e 1840, e começou a ser editado na cidade de Piratini, somando 160 números. Os equipamentos necessários para impressão foram comprados pelo Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida, com o produto da venda de 17 escravos (Hartmann, 2002). O primeiro redator de *O Povo* foi Luiz Rossetti, um italiano refugiado no Brasil, partidário do movimento Jovem Itália⁵, que pretendia a unificação italiana. A influência de Rossetti na direção do periódico não pode ser minimizada, como veremos com mais detalhes adiante. De acordo com Riopardense de Macedo (1994), autor de precioso levantamento intitulado *Imprensa Farroupilha*, o italiano ajudou a produzir uma “propaganda republicana de bom nível que já ensaiava críticas aos processos próprios da burguesia” (p. 7).

À luta política, econômica e militar somou-se a peleja simbólica, provocadora de grandes gestos e paixões, os quais repercutiram de diversas formas na vida cotidiana da sociedade sulina, incluindo o jornalismo. Se “Napoleão Bonaparte dizia que três pasquins raivosos são mais perigosos que mil baionetas” (Bones, 1996, p. 122), parece que os farroupilhas entenderam bem o recado, tratando de produzir suas versões dos fatos.

O texto que analisamos neste artigo, o *Prospecto*, apresenta-nos diversas faces da visão de mundo dos farroupilhas: o modo como encaram a guerra, o papel do jornalista e da imprensa, a perspectiva de futuro. O título traz em sua polissemia a riqueza simbólica de uma sociedade em um momento contundente de crise e mudanças. Um “prospecto”, além de uma folha avulsa contendo idéias ou propaganda, significa uma probabilidade, uma perspectiva, e também um projeto e uma visão. Trata-se do texto inaugural do jornal *O Povo*, publicado na primeira página do primeiro número, que circulou numa quarta-feira, dia 1º de setembro de 1838.

Nesse sentido, o discurso presente no *O Povo* é de grande relevância como fonte de estudo das formas simbólicas e das representações sociais daquele momento histórico, ainda tão caro à sociedade sulina, através das palavras e idéias que fazia circular. Como os farrapos se referiam ao Império? Como se auto-referiam? Qual o papel do jornal e do jornalista no processo? Quais idiosincrasias marcam o ideal

⁵ O movimento Jovem Itália foi fundado por Giuseppe Mazzini, em 1831, na Marselha. Dissidente da Carboneria, sua intenção era “promover a insurreição popular republicana, com a participação do povo, que os liberais evitavam” (Bones, 1996, p. 82). Em 1832, passa a publicar um jornal homônimo ao movimento, onde afirma: “As revoluções têm que ser feitas pelo povo e para o povo. Não podem ser mera substituição de uma aristocracia por outra” (Bones, 1996, p.82-83).



republicano? Para responder tais questionamentos, é nossa intenção analisar o discurso do jornal *O Povo*, através da amostra *Prospecto*, utilizando a Sociologia do Conhecimento (Berger e Luckmann, 1991) e a Análise do Discurso (Charaudeau, 2008).

2. A Sociologia do Conhecimento e a Análise do Discurso como lentes

A Sociologia do Conhecimento (Berger e Luckmann, 1991) preocupa-se com a análise do processo de construção social da realidade, entendida como a *vida cotidiana*. Os autores estão interessados no conhecimento que dirige a conduta na vida diária, que é dotada de sentido e coerência pelos homens que dela fazem parte através das objetivações e tipificações. Assim, entramos no terreno da sociabilidade, ou seja, “o conjunto de relações interpessoais e atitudes pessoais que, ainda que dependam de padrões adquiridos, são pragmaticamente reproduzidas ou modificadas na vida cotidiana” (Correia, 2005, p. 12-13).

É através da relação com os outros indivíduos que passamos a integrar a realidade da vida cotidiana, um mundo de representações sociais, tomadas aqui como parte das objetivações e tipificações que estão “prontas” antes de começarmos a interagir e que se modificam com o passar do tempo. No contato face-a-face, considerado por Berger e Luckmann como o mais completo no relacionamento interpessoal, e nas outras formas mais remotas de interação (como através dos meios de comunicação), os indivíduos aprendem e compreendem a sua realidade social. A experiência comunicativa com o outro, com o diferente, possibilita a transcendência do que conhecemos como cotidiano e, neste sentido, tanto o entendimento quanto a estranheza contribuem para a complexa engrenagem que move as representações sociais (Correia, 2005). Esse movimento não ocorre apenas entre contemporâneos: as tipificações de predecessores e sucessores também influenciam a construção social da realidade. No caso dos predecessores, a relação pode ser de natureza mítica, como no caso das tipificações envolvendo a Revolução Farroupilha na sociedade sul-riograndense, principalmente da década de 1950 até a atualidade⁶. Daí a riqueza da observação de um objeto de pesquisa como o jornal *O Povo*, que nos transporta para as objetivações e tipificações presentes na sociedade que viveu o conflito.

⁶ Entra aí a Revolução Farroupilha como “mito fundador” da sociedade sulina, tal como o quer o MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho. Trata-se de um tema de grande relevância, mas que não nos cabe aprofundar aqui. Sugerimos a leitura de OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.



Entendemos, assim, que a Sociologia do Conhecimento propõe uma análise que quer ver a imbricada relação entre o psicologismo e o sociologismo, entre o indivíduo e a sociedade, entre o conhecimento e a realidade. Uma das formas que encontramos de fazer essa análise é através da linguagem, já que “é o mais importante sistema de sinais na sociedade humana” (Berger e Luckmann, 1991, p.56). Os autores explicam seu papel preponderante nas objetivações:

As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação lingüística. A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para a minha compreensão da realidade da vida cotidiana. (1991, p. 56-57)

Desta forma, a linguagem destaca-se também pela capacidade de referir conceitos ou situações diferentes do aqui e agora. Através dela, é possível reportar-se a situações jamais experimentadas de forma presencial e, “deste modo, a linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (Berger e Luckmann, 1991, p. 57), como é o caso dos textos presentes n’*O Povo*. Assim, entendemos que a Análise do Discurso, por sua visão abrangente da situação de comunicação (como explicaremos a seguir), é uma técnica adequada ao propósito de desvendar algumas das representações contidas no *Prospecto*.

A fim de sedimentar sua proposta de teoria de Análise do Discurso, Patrick Charaudeau (2008) traça um panorama de duas diferentes vertentes do pensamento lingüístico, evidenciando grandes tendências em relação ao Objeto, ao Método e ao Conhecimento e chegando aos seguintes tipos de abordagem da linguagem:

- uma que se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-transparente*, por seu método de *atividade de abstração*, e se interessa por *do que nos fala a linguagem*;
- outra se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-não-transparente*, por seu método de *atividade de elucidação*, e se interessa por *como nos fala a linguagem*. (Charaudeau, 2008, p. 20) [grifos do autor]

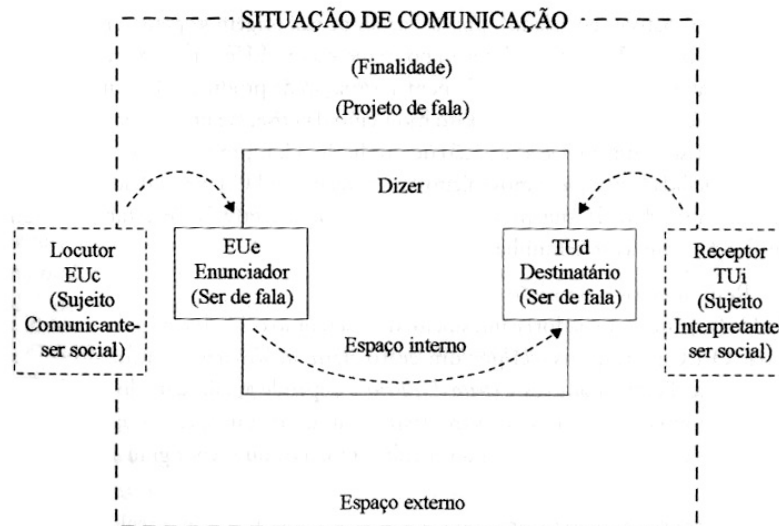
Por um lado, temos a linguagem em uma situação de comunicação neutra, com emissor e receptor ideais, esgotando sua significação em si mesma. O método de análise dos textos é a abstração, através de comparações e analogias, chegando a uma explicação última da estrutura languageira ou, em outras interpretações, à “verdade”.

Assim, essas teorias buscam *do que* fala a linguagem, ou seja, *qual é o mundo já organizado que se encontra por trás dela*.

Por outro, distintas abordagens entendem que o ato de linguagem não se esgota no seu significado, ligando-se ao contexto sociohistórico e constituindo um jogo entre implícitos e explícitos. Os seres da fala (emissor e receptor) são definidos em suas diferenças. Aqui, o método de análise baseia-se na atividade de elucidação, que joga com a manifestação linguageira e o contexto, entre o sujeito coletivo e o individual, interessando-se em *como* fala a linguagem, ou seja, *como a significação é significada*.

O que o autor pretende, ao expor essas tendências, é alertar-nos para a importância de integrá-las em uma mesma problemática, pois a linguagem é marcada pelo selo da discordância e da concordância: “O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. O Método seguido deverá então ser duplo: elucidante do ponto de vista do *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê*” (2008, p. 21) [grifos do autor].

Charaudeau define o ato de linguagem como uma *encenação*. Trata-se de um ato inter-enunciativo entre quatro sujeitos, “lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (2008, p. 45). Esquemáticamente, o autor representa sua teoria no seguinte quadro:



Quadro 1. Situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

Onde:

EUC = **sujeito comunicante**. É um sujeito agente que se institui como locutor e articulador da fala. É testemunha de um determinado real ligado ao discurso.



EUe = sujeito enunciador. É uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala e representa seu traço de intencionalidade no ato de produção.

TUd = sujeito destinatário. É o interlocutor fabricado pelo EU como destinatário ideal, adequado a seu ato de enunciação, de acordo com as circunstâncias de discurso e com o contrato de comunicação.

TUi = sujeito interpretante. É responsável pelo processo de interpretação que escapa do domínio do EU. Encontra-se em relação de opacidade com a intencionalidade do EU.

No espaço externo do quadro está o contexto “real”. O ambiente interno abriga os imaginários, as representações, os ideais de comunicação. O sucesso na empreitada de comunicar depende da maior ou menor coincidência entre TUi e TUd. A noção de *contrato* pressupõe que os sujeitos pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais e estão de acordo com as representações linguageiras das mesmas e determina os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de agentes e sujeitos da fala. O contrato pode deixar transparecer as estratégias de poder existentes na sociedade, num jogo de ser e parecer do estatuto social dos sujeitos da ação linguageira (2008, p. 61-62).

Charaudeau afirma, ainda, que a análise de um discurso deve dar conta não apenas de EU ou TU, mas sim dos diferentes “possíveis interpretativos que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação” (2008, p. 63). Em síntese, a proposta teórica do autor instiga o pesquisador a responder à pergunta: Quem o texto faz falar?, ou Quais sujeitos o texto faz falar?

Nesse sentido, a Análise do Discurso coloca-se em harmonia com a Sociologia do Conhecimento, pois as diferentes instâncias dos sujeitos enunciantes e interpretantes integram-se à dinâmica da relação entre a realidade e o conhecimento, o social e o subjetivo, que movimenta o jogo das objetivações. Além disso, as teorias contam tanto com o entendimento quanto com a falha do processo comunicativo, o que dá instrumento ao pesquisador para questionar os diferentes *possíveis interpretativos* que os textos dão a ler.

3. Entre a lança e a prensa, a realidade e as idéias

Para a análise do texto *Prospecto*, publicado no primeiro número do jornal *O Povo*, de 1º de setembro de 1838, começamos por uma contextualização do momento político no Brasil e a situação da imprensa sul-rio-grandense no século XIX, a fim de



orientar o leitor na atmosfera de produção do texto, o “espaço externo” do esquema de Charaudeau (2008). Sobre a relação entre texto e contexto, Castro (2004) explica:

A realidade do discurso [...] parte da sua historicidade, representada na relação entre o que é repetível, ou exterior ao sujeito e a produção da seqüência lingüística específica, onde o sujeito intervém. O repetível ou domínio do saber é uma sistematicidade do discurso, que é histórica, e os objetos deste adquirem estabilidade através de formas pré-construídas, que ligam o contexto da enunciação ao contexto do enunciado. (2004, p. 44)

Assim, o uso das palavras leva a uma sedimentação, que é construída de forma social e também individual, seja pelo contato com os predecessores realizado através da linguagem, ou da experiência pessoal de cada indivíduo, formando um repertório de conhecimento que age na interação cotidiana das representações sociais (Oltamari, 2005, p.5). Para entender o repertório de que falamos aqui, faz-se necessário trazer alguns aspectos contextuais do período regencial brasileiro.

Os nove anos de duração do governo regencial (de 1831 a 1840), que seguiu a abdicação de D. Pedro I, foram marcados pelos conflitos políticos entre as classes dominantes e uma grave crise econômica e financeira que assolou o país e estimulou as províncias a exigir maior autonomia em relação ao poder central. Nesse cenário, os produtores de café do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba representavam 44% do total das exportações (Silva, 1992), número que indica a sua relevância nas decisões políticas. A Revolução Farroupilha (1835-1845) insere-se num contexto de revolta das elites de províncias periféricas, como a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-39), a Sabinada (Bahia, 1837-38) e a Balaiada (Maranhão, 1838-41).

Pesavento (1997), ao analisar os componentes que incendiaram os revolucionários sulinos, cita os fatores militar-fronteiriço (os constantes conflitos militares para defesa das fronteiras imperiais) e o atraso, os altos impostos e a dependência do mercado interno da atividade-base da economia sulina, a produção de charque. A ameaça à propriedade privada dos estancieiros do sul (no entendimento deles mesmos) foi determinante para eclosão da Revolução Farroupilha, em 1835, e a separação do Império através da proclamação da República Rio-Grandense, em 1836. Entendemos, dessa análise, que há uma correspondência entre os objetivos da Revolução e sua base social: trata-se de uma revolta das elites interessadas em defender seus interesses privados.

Para Alves (2000), as motivações político-partidárias ligadas ao processo de



preparação e eclosão da revolta promoveram um grande crescimento das atividades jornalísticas na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e, depois, na República Rio-Grandense. O mesmo fervor foi responsável pela superação das dificuldades financeiras e técnicas da época. Esse é o caso de Luiz Rossetti, que, entre a lança e prensa, foi ao mesmo tempo redator d'*O Povo* e comandante da Marinha, morrendo no combate de Viamão, em 1840, aos 40 anos:

Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, às vezes de tipógrafo, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas. (Alves, 2000, p. 19-20)

Hartmann (2002) explica que a decisão de ter um jornal oficial ocorreu por volta de 1837, quando os farrapos haviam perdido a cidade de Porto Alegre e a barra da Lagoa dos Patos (Rio Grande e São José do Norte) para o Império. A idéia era levar às várias outras cidades dominadas por suas tropas e aos oficiais que elas comandavam as principais notícias do que ocorria na República. Percebemos, pelas informações fornecidas por Hartmann, que essas derrotas suscitaram a necessidade de um novo fator agregador das forças pró-revolução, e o jornal aparece para preencher essa lacuna, como veículo de coesão da sociedade civil e militar envolvidas na batalha. Nesse sentido, o *Prospecto*, texto que apresenta o jornal à opinião pública, traz em suas linhas a representação de um ideal pelo qual valia matar ou morrer: a República.

O texto é escrito na primeira pessoa do plural e não é assinado. Estas são características importantes, reveladoras de uma importante simbiose entre os sujeitos enunciadore (EUc e EUe). Do ponto de vista enunciativo, como explica Charaudeau, o *Prospecto* encaixa-se em um comportamento Elocutivo, ou seja, aquele que visa “revelar o *ponto de vista* do locutor” (2008, p. 82) [grifo do autor]. O locutor mostra que tem conhecimento de um propósito, realiza um julgamento sobre ele, enumera razões para segui-lo e ainda demonstra adesão a esse projeto. Todas essas características estão presentes no discurso analisado.

O *Prospecto* defende e conclama os patrícios a uma entrega abnegada aos ideais da guerra: a República representa a salvação e a felicidade. Justifica o

rompimento com o Império por suas “usurpações do poder”⁷ e pela “incapacidade dos governantes”. O texto refere-se ao Império com grande hostilidade, começando com “inimigo” e chegando, no último parágrafo, a “abominável monstro que engole as vidas, e acomete os destinos de províncias inteiras”.

De acordo com o discurso analisado, vencer o Império e consolidar a República é o objetivo maior que deve guiar a sociedade daquele momento, mesmo que sobrepujando as liberdades individuais. Tempos extraordinários que exigiam medidas extraordinárias: “[...] quando se trata dos destinos da Pátria, qualquer meio feito é santo, qualquer arma empunhada pelo valoroso que se oferece vítima consagrada, é abençoada de Deus, que somente concede a palma da vitória aos que insurgem firmemente resolvidos a obtê-la”, ou ainda: “Para chegar da tirania à Liberdade, é mister valer-se de medidas incompatíveis com a Liberdade regular e permanente”.

O texto inflamado pretende incitar o TU a se identificar com a imagem de mundo apresentada pelo EU, utilizando uma subjetividade afetiva e prometendo: “**mereceremos** da posteridade imparcial, o merecido prêmio de **nossos** esforços, por **termos** corajosamente defendido a causa legítima do progresso e da humanidade” [grifos nossos].

O uso do “nós” é bastante revelador em termos de Análise do Discurso e, em nosso caso, indica relações importantes entre os sujeitos emissores da fala. Esquemáticamente, podemos identificar o sujeito comunicador (EUc), aquele do plano concreto, como o redator Luiz Rossetti, pois, apesar do *Prospecto* não ser assinado, é consenso nas pesquisas históricas que ele foi um dos idealizadores e o redator d’*O Povo* em sua fase inicial. Bones relata que foi encontrada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul uma carta do ministro Domingos José de Almeida em que pedia que “se dirigissem a Luiz Rossetti, o redator do jornal” (1996, p.77).

Já o sujeito enunciador (EUe), aquele que assume publicamente o texto, é o Governo da República Rio-Grandense. O cabeçalho logo abaixo do título não deixa dúvidas: “Este periódico é de Propriedade do Governo”. A coesão entre os enunciadores é revelada na correspondência entre Rossetti e seu companheiro de Jovem Itália, Giovanni Batista Cuneo: “O jornal é do governo e precisa parecer que tudo sai do seu laboratório” (Bones, 1996, p.77), escreve o editor d’*O Povo*.

A mistura entre EUc e EUe fica evidente já no começo do texto. O primeiro

⁷ A partir daqui, os exemplos retirados do texto e destacados entre aspas estão no jornal *O Povo*, 1º de setembro de 1838, páginas 1 e 2.

parágrafo traz a reprodução de um trecho do folheto *Jovem Itália*, movimento do qual Rossetti era oriundo, e que faz fortes afirmações sobre os sacrifícios a serem feitos em nome da “Liberdade”, palavra repetidamente utilizada para designar a mais alta benesse trazida pela República: “Para chegar da tirania à Liberdade, é mister valer-se de medidas, incompatíveis com a Liberdade regular, e permanente”. Ou seja: para atingir a liberdade maior, era preciso, pelo menos temporariamente, abrir mão daquela já conquistada. Toda a confiança deveria ser depositada no “Poder que governa a revolução”. A seguir, outras marcas indicam essa mistura: “**Devemos nos** identificar com o poder que rege a guerra” ou “Procurar com todas as **nossas** forças [...]” [grifos nossos].

O trecho do manifesto do Movimento Jovem Itália reproduzido no cabeçalho do jornal⁸, que fica em destaque até o seu fim, em 1840, não deixa dúvidas sobre a influência da Jovem Itália trazida por Rossetti na construção do texto e, conseqüentemente, nas objetivações e tipificações que traz em suas linhas. A *República* é sempre articulada com palavras como *liberdade, felicidade, salvação* e, até mesmo, *democracia*. A inserção de “doutrinas democráticas” parece mesmo um aparte ideológico de Rossetti, já que o pedido do Governo é no sentido de tolerância a um regime de exceção, onde é preciso que o povo, para ajudar a vencer o inimigo, aceite concentrar “a vontade de todos em mui poucos, ou em uma só”, por uma questão até mesmo prática, já que “os Decretos têm de suceder-se com a rapidez dos golpes no combate, e a mais pequena dilação poderia ser fatal ao êxito da guerra”. Assim, entendemos que a idéia republicana defendida pelo jornal naquele momento traz uma clara contradição com sua prática, apresentando um *modus operandi* característico dos governos centralizadores, justamente o seu objeto de repulsa. Mais tarde, a divergência entre os ideais republicanos e democráticos de Rossetti e os planos dos estancieiros farrapos ficaria cada vez mais clara, o que fez o italiano manifestar seu descontentamento com os rumos da Revolução: “A guerra perdeu o sentido”, escreveu a Garibaldi (Bones, 1996, p. 77).

As incoerências da proposta republicana sulina estão presentes em contradições no próprio texto, por exemplo, quando afirma que o poder que rege a guerra deve utilizar “todos os meios *licitos*” [grifo nosso] para vencer o confronto, mas ao mesmo tempo, declara com firmeza que “Querer governar a época tumultuosa da

⁸ “O poder que dirige a Revolução tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos Sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria”.



revolução com as regras conservadoras do regime definitivo, seria o mesmo que avaliar a paz como a guerra” e estabelece que o conflito é, enfim, “uma guerra de insurreição”. Em outras palavras, o que ocorria naquele momento era a transgressão (ou violação) das leis e não o uso de meios lícitos para combater o Império.

Outra peculiaridade do discurso é a invocação de princípios religiosos na argumentação, como em: “[...] quando se trata dos destinos da Pátria, qualquer meio feito é santo, qualquer arma empunhada pelo valoroso que se oferece vítima consagrada é abençoada de Deus [...]” e também na seguinte passagem:

Aquele que se propõe a escrever por um Povo e mais particularmente para um Povo que está para surgir à nova vida, tem que assumir o caráter do sacerdócio; e para que a voz dele soe venerada, e clara entre as multidões, deve, como a do interprete de Deus, ser forte, pura, e solene.

Se analisarmos o discurso em um sentido puramente ideológico, parece-nos contraditório que um movimento que execrava a monarquia use a imagem de Deus como recurso discursivo, já que a Igreja é uma histórica aliada dos regimes centralizadores, atuando, inclusive, como legitimadora da autoridade do rei, da linhagem escolhida por Deus. Além disso, o movimento da Jovem Itália, do qual Rossetti era oriundo, era ligado à maçonaria. Essa divergência revela mais uma das singularidades do pensamento republicano sulino.

Rossetti deixa suas marcas através de sua visão sobre o ofício do jornalista. Em suas próprias palavras, seu papel como redator era de Educador, ajudando a guiar os leitores no caminho da verdade e da retidão de princípios que o governo que comandava a guerra percebia como convenientes. Em oposição ao conceito de imparcialidade, um dos bastiões do jornalismo como o conhecemos hoje, *O Povo* deixava claro que se permitia excluir de suas colunas “qualquer correspondência ou comunicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas”. Outro fato interessante é a constatação de que a pecha de “vendido” ou “interesseiro” em relação aos jornais e jornalistas parece estar imbricada com a gênese do periodismo:

E agora perguntamo-nos: todos esses jornais sem vida, e sem alvo, a não ser aquele vergonhoso do lucro, verdadeiras torres de Babel, onde se vê a soberba, e a confusão; e que saem corajosamente, para todo o Império, a cada dia, não sei se, mais para experimentar a constância, do que para cansar a excessiva vontade dos assinantes, cumprirão eles a santidade de seus deveres?

Vê-se aí a importância da peleja simbólica através dos periódicos. Assim, o jornal *O Povo*, estudado aqui através da amostra *Prospecto*, aparece como uma manifestação das relações intersubjetivas, tanto no campo da produção da enunciação, através ligação estreita entre os produtores da fala (Rossetti e Governo Republicano Rio-Grandense) como na relação com a opinião pública da época, com quem os sujeitos enunciador e comunicador dividiam ou confrontavam uma rica gama de representações, objetivações e tipificações.

Procuramos no texto, através da linguagem, este elemento preponderante no terreno das objetivações, algumas amostras da visão de mundo dos representantes oficiais da Revolução Farroupilha. Trata-se de um momento exemplar da conexão entre o conhecimento e a realidade, pois as dificuldades econômicas vividas pela Província afetaram a vida cotidiana dos sul-riograndenses como um todo, seja através da “ameaça” à propriedade privada, no caso das elites, seja nas necessidades materiais e na incumbência de arriscar a vida na Revolução, no caso dos escravos e peões que lutaram na guerra. Sabemos que os conflitos vão além do campo de batalha real, onde o sangue escorre, e são transportadas para o campo do simbólico, onde as idéias povoam e inflamam os discursos.

A Sociologia do Conhecimento trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge (Berger e Luckmann, 1991, p. 15). Nesse sentido, o ideal republicano expresso no *Prospecto* parece adequado com o momento histórico vivido, de crise do Império, e também em harmonia com o repertório trazido por Rossetti para a redação do jornal. Bones relata o projeto de Luiz Rossetti, citando também um trecho de carta endereçada ao amigo Cuneo:

Para ele, o regime republicano seria consequência de um processo histórico irreversível, deflagrado com a independência dos Estados Unidos, em 1776, e que culminaria com a supressão de todas as monarquias e estruturas de privilégio. “Eu não vejo senão a humanidade, família imensa da qual também sou membro e desprezo bastante todos os que limitam seus esforços à felicidade do pequeno círculo de parentes e concidadãos no meio dos quais se acham eventualmente colocados”, dizia. (1996, p. 77)

No caso estudado, parece-nos que a necessidade material das elites locais se sobrepôs ao ideal republicano democrático, de ampla participação popular, que se mostra pela pena de Rossetti. O ideal republicano era o motor do pensamento naquele contexto histórico, mas não chegou a ser consolidado na vida cotidiana sulina, onde



prevalecia o estado de exceção, de guerra, demandado pela Revolução. Assim, corrobora-se o que afirma Pesavento (1985), sobre a correspondência entre a base social que promoveu a insurreição e seu discurso:

(...) o movimento circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os “cidadãos” que se autodenominavam “o povo do Rio Grande” e que arrastavam junto a si seus empregados e dependentes para lutarem num movimento em torno de causas alheias aos horizontes destas camadas dominadas. Não há, portanto, falta de correspondência entre o discurso político e a sua base social. O pensar e o agir correspondem aos interesses dos grupos que empresariam o movimento, bem como à sua necessidade de manter a dominação sobre o corpo social. (p. 28)

Entretanto, essa correspondência, no discurso analisado, não se dá de forma direta, linear, objetiva. Através dos exemplos trazidos neste artigo, julgamos mostrar alguns indicativos de que o discurso articula-se de forma matreira, sutil, irregular. A encenação do processo comunicativo de que nos fala Charaudeau (2008) traz uma riqueza de significados que tornam o discurso revolucionário d’*O Povo* um desfile de idiosincrasias ideológicas. Essas peculiaridades e contradições revelam a ligação das idéias com a realidade cotidiana, pois mesmo aqueles que se querem revolucionários não podem fugir de certas amarras do tempo histórico.

Este exercício, realizado com uma amostra do *corpus* de nossa pesquisa para a Dissertação de Mestrado, nos leva a crer que *O Povo* pode ser estudado como ponte para uma sensibilidade que fala de representações predecessoras no tempo histórico, mas que dialogam com a atualidade, mesmo que sob uma “nuvem mítica”. O jornal, como mediador das subjetividades, atua como indicativo da relação entre o conhecimento e a vida cotidiana, e, ao mediar tipificações e objetivações da época, permite o acesso do pesquisador a algumas das sutilizações do discurso do movimento farroupilha.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 9 ed. Petrópolis:



Vozes, 1991.

BONES, Elmar e REVERBEL, Carlos. *Luiz Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.

CASTRO, Maria Helena Steffens de. *O literário como sedução: a publicidade na Revista do Globo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

HARTMANN, Ivar. *Aspectos da guerra dos farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.

MOREL, Marco. *A imprensa periódica no século XIX*. Rede da memória virtual brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/periodico/xix.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845*. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930. 2 v.

OLTRAMARI, Leandro Castro. Contribuições da fenomenologia de Alfred Schutz para as pesquisas sobre AIDS: Considerações Epistemológicas e Metodológicas. In: *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. Florianópolis. v.2, n.2, jul/dez 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/726/576>. Acesso em: 5 de janeiro de 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org). *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo. In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir Machado da (orgs.). *Fronteiras do Pensamento – Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1992.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.